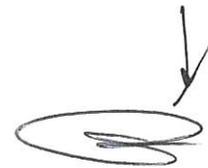


IMGA ALTERNATIVO

Fundo de Investimento Alternativo Aberto Flexível



RELATÓRIO E CONTAS DEZEMBRO 2017



IMGA ALTERNATIVO

Conteúdos

NOTA INTRODUTÓRIA	2
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	4
PRINCIPAIS EVENTOS	7
DESEMPENHO DOS FUNDOS MULTIATIVOS.....	9
INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO.....	10



Nota Introdutória

O Fundo IMGA Alternativo foi autorizado pela CMVM em 12 de maio de 2014 e iniciou a sua atividade em 9 de junho de 2014 como um Fundo de Investimento Alternativo Aberto Flexível observando, entre outras normas, as constantes na Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro e do Regulamento 2/2015 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Corresponde ao anterior fundo CA Alternativo, que alterou a sua denominação no dia 1 de outubro de 2017, momento a partir do qual a sua gestão foi assumida pela IMGA.

Handwritten mark consisting of a scribble and an arrow pointing downwards.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Síntese da Evolução dos Mercados



O ano de 2017 revelou-se um ano positivo para a generalidade das classes de ativos, com o crescimento económico global a surpreender pela positiva e a inflação a ficar aquém do esperado.

A economia mundial cresceu 3,7%, o ritmo mais elevado desde 2011, com os EUA, a Europa, o Japão e a China a superarem as expectativas de crescimento que se registavam no início do ano. A inflação global surpreendeu, ao situar-se nos 3,1%, abaixo dos esperados 3,5%. Os EUA foram os principais responsáveis por este desvio, uma vez que a baixa taxa de desemprego não se materializou no aumento dos salários que muitos economistas tinham previsto. A não materialização dos principais riscos identificados pelos investidores, como a situação na Coreia do Norte e o abrandamento do crescimento económico Chinês, também ajudou ao sentimento favorável, acabando por contribuir para a performance positiva dos mercados.

A dívida pública da zona euro obteve rentabilidades positivas suportadas pela política monetária expansionista do Banco Central Europeu (BCE), a manutenção de um discurso cauteloso, a reafirmação do alargamento do programa de compra de ativos até setembro de 2018, caso as circunstâncias o exijam, para além da afirmação de que as taxas de juro se deverão manter inalteradas para lá do fim do programa de compras. A justificar esta decisão, esteve o facto de as dinâmicas de inflação permanecerem fracas e dependentes dos estímulos monetários. A avaliação da economia foi melhorando ao longo do ano, à medida que os sinais de crescimento se tornavam mais robustos, levando mesmo a que existissem já no final do ano algumas divergências no seio do conselho de governadores do BCE, com alguns a expressarem a necessidade de se terminar antecipadamente com o programa de compra de ativos. Esta evolução levou a que as taxas de juro dos países “core” aumentassem, enquanto os *spreads* dos países periféricos estreitaram, especialmente na Grécia e em Portugal.

Relativamente a Portugal, de destacar a aceleração do crescimento económico e a redução do défice, que se traduziram numa revisão em alta do rating da república para *investment grade* por parte da Fitch e da Standard&Poor’s. A instabilidade política em Itália e Espanha, nomeadamente o agendamento de novas eleições em Itália e as aspirações independentistas da Catalunha, impediram uma performance mais positiva da dívida pública destes países.

Os mercados de crédito também registaram uma evolução favorável, com os *spreads investment grade* e *high yield* a estreitarem. A melhoria das condições económicas ao nível global levou a um aumento dos resultados das empresas, que se traduziram numa melhoria das métricas de crédito e a uma queda das taxas de incumprimento. Por outro lado, o programa de compra de ativos pelo BCE continuou a dar suporte ao crédito.

O mercado obrigacionista nos EUA obteve também rentabilidades positivas, tendo a taxa a 10 anos permanecido praticamente inalterada. A Reserva Federal (FED) tinha sinalizado no início do ano que iria aumentar as taxas de juro três vezes e, apesar de o mercado ter duvidado que as mesmas ocorressem dado o baixo nível da inflação *core*, foi o que acabou por acontecer. O crescimento acima do potencial associado a condições financeiras acomodáticas, a convicção de que a convergência para o objetivo de inflação é uma questão de tempo e a necessidade de normalizar a política monetária, acabaram por justificar as três subidas da taxa de juro. A FED anunciou ainda o início da redução do



seu balanço. Na componente de crédito, tanto *investment grade* como *high yield* registaram uma redução de *spreads* que se traduziu em rendibilidades positivas, suportadas pela melhoria das condições económicas e pelo aumento do preço das matérias-primas.

Outro segmento que saiu igualmente beneficiado pela diminuição dos *spreads* foi a dívida de mercados emergentes. O discurso protecionista adotado por Donald Trump na campanha eleitoral norte-americana provocou alguma cautela relativamente às economias emergentes, mas a não concretização dessa retórica associada à subida do preço das matérias-primas, acabou por resultar em retornos bastante positivos nestas geografias, com o interesse dos investidores a redirecionar-se para dívida em moeda local, na expectativa de ganhos cambiais e de cortes adicionais nas taxas de juro domésticas, em detrimento da dívida em USD e Euro.

Ao nível dos mercados acionistas, destaque para o bom *momentum* de resultados vivido em 2017, com crescimento positivo, baixa inflação e revisões em alta dos resultados na generalidade das geografias. Neste enquadramento os retornos mais atrativos viriam, como seria de esperar, a registar-se nos mercados acionistas, com os EUA e o Japão a valorizarem mais de 20% e os mercados emergentes mais de 30%. As ações na zona euro valorizaram 12%, beneficiando da melhoria das condições económicas, fruto do aumento do investimento e das exportações, da manutenção de uma política monetária acomodatória e da não materialização de alguns riscos, nomeadamente os políticos. No início do ano temia-se que as eleições em França e na Holanda pudessem resultar em governos extremistas, que colocassem o projeto europeu em causa, mas tal não sucedeu, tendo inclusivamente o projeto europeu sido reforçado pela vitória de Emmanuel Macron em França.

Nos EUA, o mercado acionista registou uma apreciação de 21% impulsionado por um crescimento económico forte, suportado pelo consumo e pelo investimento, por um dólar a desvalorizar e pela reforma fiscal da administração Trump. Movimento similar registou-se no Japão, onde o mercado acionista valorizou 21%. A política fiscal e monetária expansionistas induziram um aumento significativo do crescimento económico, suportado pelo consumo privado, o investimento e as exportações. Esta dinâmica de crescimento impactou positivamente os resultados das empresas, ao mesmo tempo que as taxas de juro se encontram condicionadas pela política monetária do Banco do Japão. Por último, o Yen desvalorizou contra as principais moedas, o que se traduziu num aumento dos resultados das empresas exportadoras. A reeleição da coligação no poder deu confiança ao mercado de que as políticas fiscais e monetárias se manterão num futuro próximo.

Os mercados emergentes valorizaram 37%, beneficiando da recuperação da economia mundial, da valorização das matérias-primas, da desvalorização do dólar e da estabilização do crescimento na China. O reforço da liderança do presidente Xi no congresso do partido comunista chinês conferiu estabilidade ao rumo da economia, tendo sido sinalizadas três áreas de atuação para os próximos três anos: a prevenção dos riscos financeiros, a redução da pobreza e a luta contra a poluição.

Ao nível cambial destaque para a valorização do euro face às principais moedas, tendo valorizado 14% face ao dólar, 10% face ao yen, 4% face à libra e 9% face ao franco suíço. A beneficiar o euro esteve o acelerar da atividade económica na zona euro e o ambiente pro-cíclico, enquanto que a penalizar o yen estiveram as políticas monetárias e fiscais japonesas e a penalizar a libra esteve a incerteza provocada pelo Brexit.



As matérias-primas registaram uma modesta valorização de 1,7%, tendo o ouro, o crude, o gado e o cobre contribuído positivamente, enquanto o gás natural, o milho, o trigo e a soja contribuíram negativamente.

A volatilidade voltou a cair, encontrando-se em níveis historicamente reduzidos.



Principais Eventos

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 12 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2016.

Os Relatórios e Contas dos fundos referentes ao 1º semestre de 2017 foram publicados a 20 de agosto.

Novos Fundos da Sociedade Gestora

Em fevereiro, a IM Gestão de Ativos lançou dois novos fundos de investimento – o IMGA Iberia Equities e o IMGA Iberia Fixed Income, focados nas oportunidades existentes no mercado ibérico.

Transferência de gestão dos FIM da CA Gest

A 1 de outubro concretizou-se a transferência da gestão dos oito fundos de investimento mobiliário até então geridos pela CA Gest para a esfera da IMGA. Os fundos que passaram a ser geridos pela IMGA foram o CA Rendimento, CA Monetário, CA Curto Prazo, IMGA Flexível (ex. CA Flexível), IMGA Alternativo (ex. CA Alternativo), IMGA Dedicado Acumulação (ex. CA Dedicado Acumulação), IMGA Dedicado Valorização (ex. CA Dedicado Valorização) e IMGA Ações Europa (ex. CA Ações Europa).

Atribuição de prémios à Sociedade Gestora e respetivos Fundos de Investimento

No passado dia 12 de abril, a IMGA recebeu pelo segundo ano consecutivo o prémio Morningstar - Melhor Sociedade Gestora Nacional Global 2016. Com este prémio, a IMGA foi distinguida pela consistência e rendibilidade ajustada ao risco da sua oferta global, consolidando o compromisso de uma oferta de produtos de excelência e com melhor rendibilidade para os Clientes.

A 5 de junho, a IMGA foi distinguida no âmbito da terceira edição dos Prémios Melhores Fundos APFIPP de 2016, que decorreu em Lisboa. Nesta edição, foram reconhecidos os seus fundos IMGA Extra Tesouraria III, como o melhor fundo de investimento na classe de fundos de curto prazo e o IMGA Prestige Conservador como o melhor fundo em Portugal na sua classe.

Estes prémios são o reconhecimento, pelos responsáveis da indústria de gestão de ativos, de que o investimento nestes fundos se tem revelado como uma boa solução de investimento para os subscritores, permitindo conciliar bons níveis de rendibilidade no atual contexto de taxas de juro próximas de zero, com baixos ou moderados níveis de risco, e sobretudo a consistência do retorno apresentado nos últimos 3 e 5 anos, devidamente ajustado ao risco.

Outras alterações



Com vista a ajustar a oferta de fundos de investimento às necessidades dos seus participantes, a IMGA procedeu a algumas alterações aos seus fundos, das quais se destaca a alteração à política de distribuição de rendimentos e consequente alteração de denominação do fundo IMGA Rendimento Semestral, bem como a redução da comissão de gestão dos fundos IMGA Liquidez, IMGA Extra Tesouraria III, IMGA Rendimento Semestral e IMGA Euro Taxa Variável, com o objetivo de preservar a rentabilidade num contexto de taxas de juro negativas.

Relatório de Controlo Interno da Sociedade

A 30 de junho foi enviado o referido relatório para o Banco de Portugal e para a CMVM.

Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais

A 30 de junho foi entregue no Banco de Portugal, o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais para o período de referência entre 1 de junho de 2016 e 31 de maio de 2017.

Desempenho dos fundos multiativos

No final de dezembro de 2017, numa conjuntura generalizada de baixos rendimentos, os fundos IMGA predominantemente de obrigações registaram níveis de rentabilidade a um ano que comparam favoravelmente com outras alternativas de investimento, tais como produtos bancários e fundos com políticas de investimento comparáveis.

Os fundos multiativos da IMGA apresentaram no final do ano de 2017 as seguintes rentabilidades:

	ISRR	1 Ano			3 Anos			5 Anos		
		Rentabilidade Anualizada	Risco		Rentabilidade Anualizada	Risco		Rentabilidade Anualizada	Risco	
			Nível	Classe		Nível	Classe		Nível	Classe
Prestige Conservador	3	2,63%	1,69	2	1,48%	3,49	3	2,32%	3,20	3
Prestige Moderado	4	4,28%	2,88	3	2,01%	5,97	4	3,25%	5,52	4
Prestige Valorização	5	7,25%	4,96	3	3,52%	10,97	5	5,53%	10,06	5
Poupança PPR	3	2,68%	1,70	2	1,61%	3,71	3	2,85%	3,55	3
Investimento PPR Ações	4	4,04%	2,87	3	1,55%	6,15	4	3,59%	6,00	4
Flexível	3	1,24%	1,85	2	1,28%	3,74	3	3,72%	4,20	3
Alternativo	3	0,47%	2,19	3	0,64%	3,61	3	ND	ND	ND
Dedicado Acumulação	4	-0,10%	2,46	3						
Dedicado Valorização	4	-0,57%	3,48	3	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: APFIPP a 29 de dezembro de 2017

ISRR: Indicador Sintético de Risco e Remuneração = resulta do cálculo da volatilidade dos retornos semanais da unidade de participação (UP) de cada fundo nos últimos cinco anos. As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). As rentabilidades anualizadas indicadas a 3 e 5 anos apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência.

Considerando o conjunto de fundos com notação Morningstar™ de 3, 4 e 5 estrelas, a IMGA ocupa uma posição de destaque entre as principais sociedades gestoras nacionais, com 20 fundos merecedores dessas classificações, de um total de 28 fundos disponíveis.

Dos nove fundos multiativos geridos pela IMGA, sete apresentaram em dezembro de 2016 e 2017 as seguintes notações:

Fundos IMGA	Categorias Morningstar	Overall Rating	
		Dez/16	Dez/17
Prestige Conservador	Mistos Defensivos EUR Global	***	***
Prestige Moderado	Mistos Moderados EUR Global	**	**
Prestige Valorização	Mistos Agressivos EUR Global	***	***
Flexível	Mistos Flexíveis EUR	**	**
Alternativo	Mistos Moderado EUR Global	**	**
Poupança PPR	Mistos Defensivos EUR Global	***	***
Investimento PPR Ações	Mistos Moderados EUR Global	**	**

Fonte: Morningstar.pt



Informação Financeira do Fundo

A rentabilidade do fundo IMGGA Alternativo no ano de 2017 foi suportada em grande medida por uma boa performance no primeiro semestre. Ao longo do ano os investimentos nos mercados acionistas foram os principais responsáveis pela valorização do fundo, complementados pelo investimento em matérias-primas, enquanto o investimento em instrumentos de taxa fixa resultou em perdas devido ao aumento de taxas, em especial no primeiro semestre do ano.

Com a alteração da entidade responsável pela sua gestão, da CA Gest para a IM Gestão de Ativos no início de outubro, o fundo procedeu oportunamente a pequenos ajustamentos, embora tenha mantido a sua estratégia de investimento principal através do modelo de gestão, otimizando a rentabilidade esperada através do investimento em várias classes de ativos.

Durante o ano de 2017, o fundo registou as seguintes ponderações médias de investimento: 16,8% em ações, 2,2% em imobiliário, 52,9% em Obrigações, 2,9% em Mercadorias, e 25,2%. A rotação do portfolio manteve-se estável comparativamente com períodos anteriores, situando-se num valor ligeiramente inferior a 4,9%.

Em dezembro de 2017, o fundo de investimento IMGGA Alternativo apresentou rentabilidade a 1 ano de 0,47%. Atingiu um valor líquido global de 2,6 milhões de euros, o que representou uma subida de 1,1 milhões de euros face aos 1,5 milhões de euros registados em 2016.

Desde o início do ano o Fundo obteve vendas líquidas positivas de 1,1 milhões de euros, com subscrições de 1,7 milhões de euros e resgates de 636 mil euros.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do n.º 2 do art.º 161 do RGOIC, apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores, e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização:

Remuneração do Exercício de 2017

Órgãos de gestão e fiscalização	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 31/12/2017
<u>Comissão Executiva</u>			
Presidente e Administradores	359.383 €	127.426 €	3
Administradores Independentes	30.000 €	0	1

Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 31/12/2017
Colaboradores	1.741.537 €	150.175 €	26

No exercício de 2017 os gastos anuais relativos à remuneração dos serviços de auditoria externa, foram de 24.600,00 €.

O fiscal único não foi remunerado pelas suas funções de fiscalização.

Erros de valorização

No exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017, em virtude de erros ocorridos no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, a Sociedade Gestora, a título compensatório, procedeu ao pagamento do montante de €101,70 a favor do organismo de investimento coletivo. Não houve lugar a pagamento de indemnizações aos participantes lesados.



Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Fundo de Investimento Alternativo Aberto Flexível IMGA Alternativo

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Alternativo Aberto Flexível
Data de Constituição: 09 de junho de 2014
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Banco Depositário: Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL
Valor da Carteira em 31 dezembro de 2017: 2.635.891 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

2015 (*) 2016 (*) 2017

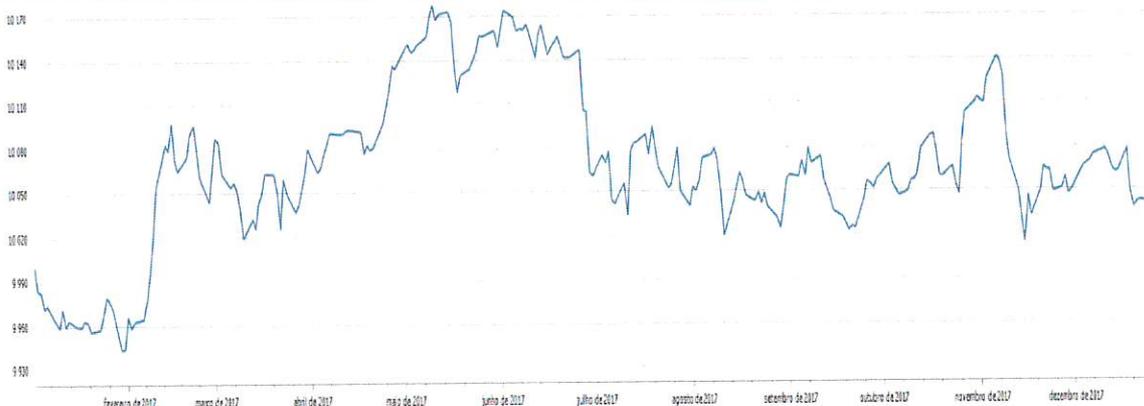
Rendibilidade	-2,7%	4,2%	0,5%
Risco (nível)	3	3	3

(*) Rendibilidade anualizada

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de investimentos orientada para a obtenção de rendibilidades positivas independentes da evolução dos principais mercados financeiros, assentando numa estratégia de investimento multi-ativo, com base numa repartição flexível do investimento entre ações, obrigações, mercadorias e instrumentos do mercado monetário.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31-dez-14	31-dez-15	31-dez-16	31-dez-17
Nº UP's em circulação	793.909	485.433	305.014	519.029
Valor Unitário UP (Euros)	4,9833	4,8511	5,0548	5,0786

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2017	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	0	0,0
Mercados União Europeia	Alemanha	1.629	
	França	257	
	Luxemburgo	146	
	Irlanda	96	
	sub-total	2.128	7,2
Outros Mercados	EUA	241	
	sub-total	241	2,3
Total		2.369	9,5

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMONIO

31.12.2017

Valores mobiliários	2.369.621
Saldos bancários	273.452
Outros ativos	20
Total dos ativos	2.643.094
Passivos	7.203
Valor Líquido de Inventário	2.635.890

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros EU	2.023.984	12.064	10.508	2.025.539	0	2.025.539	85%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros EU	345.377	-	1.295	344.082	-	344.082	15%
Sistemas de negociação multilateral de países terceiros	-	-	-	-	-	-	0%
Total	2.369.361	12.064	11.803	2.369.621	0	2.369.621	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	14.546
Outros rendimentos	340
As mais-valias de investimentos	237.897
Custos	
Custos de gestão	(20.327)
Custos de depósito	(2.263)
Outros encargos, taxas e impostos	(6.775)
As menos-valias de investimentos	(217.464)
Custos de negociação	(6.448)
Lucro líquido	(494)
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	1.730.812
Resgates	636.222

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Valor Líquido Global do Fundo	2.635.891	1.541.795	2.354.863	3.956.255
Valor Unitário da UP	5,0786	5,0548	4,8511	4,9833



INDÍCE

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO
FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL –
IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2017

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Data: 31.12.2017

		ATIVO				31.12.16
Código	Designação	31.12.17			Líquido	Líquido
		Bruto	Mv	mv/P		
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações					
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	2.369.361	12.064	(11.803)	2.369.621	1.491.494
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>2.369.361</u>	<u>12.064</u>	<u>11.803</u>	<u>2.369.621</u>	<u>1.491.494</u>
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores					
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	273.452			273.452	145.801
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>273.452</u>			<u>273.452</u>	<u>145.801</u>
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	20			20	17
52	Despesas com Custo Diferido					
58	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>20</u>			<u>20</u>	<u>17</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>2.642.833</u>	<u>12.064</u>	<u>11.803</u>	<u>2.643.094</u>	<u>1.637.311</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>519.029</u>	<u>305.014</u>

		PASSIVO	
Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	2.595.145	1.525.071
62	Variações Patrimoniais	48.565	24.049
64	Resultados Transitados	(7.325)	(69.048)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	(495)	61.722
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>2.635.890</u>	<u>1.541.795</u>
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	4.071	93.840
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	2.791	1.669
424+...+429	Outras contas de Credores	332	7
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>7.193</u>	<u>95.516</u>
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos		
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	10	
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>10</u>	
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>2.643.094</u>	<u>1.637.311</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>5,0786</u>	<u>5,0548</u>



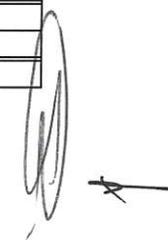
(valores em Euro)

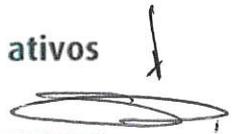
EXTRAPATRIMONIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Data: 31.12.17

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		





III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Data: 31.12.2017

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16			31.12.17	31.12.16
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
711+718	Juros e Custos Equiparados			812+813	Juros e Proveitos Equiparados		
719	De Operações Correntes			811+814+827+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		
	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Correntes	238	218
	Comissões e Taxas				De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	6.448		822+...+824+825	Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	26.166	22.082	829	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	14.546	7.909
729	De Operações Extrapatrimoniais				De Operações Extrapatrimoniais		
732+733	Perdas em Operações Financeiras			832+833	Ganhos em Operações Financeiras		
731+738	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	193.823	98.055	831+838	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	237.225	176.132
739	Outras Operações Correntes			839	Outras Operações Correntes		
	Em Operações Extrapatrimoniais	23.643			Em Operações Extrapatrimoniais	672	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e			851	Provisões para Encargos		
7411+7421	Incrementos Patrimoniais	584	310	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7412+7422	Impostos Indirectos	1.384	844				
7418+7428	Outros impostos				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	252.681,74	184.259
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1.231	1.250				
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	253.279	122.542				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	102	5
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	102	5
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	(495)	61.722	66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	252.784	184.264		TOTAL	252.784	184.264
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	51.500	85.986	F - E	Resultados Eventuais	102	5
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(22.971)		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	88	62.032
B-A	Resultados Correntes	(598)	61.717	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(495)	61.722





**IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data: 31.12.17

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31.12.17		31.12.16	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		1.730.812		89.950
Subscrição de unidades de participação	1.730.812		89.950	
...				
PAGAMENTOS:		718.143		873.847
Resgates de unidades de participação	718.143		873.847	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		1.012.669		(783.897)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		15.907.649		18.539.365
Venda de títulos e outros ativos	10.121.095		17.084.166	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC	5.774.433		1.447.755	
Rendimento de títulos e outros ativos	12.121		7.445	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos				
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		16.766.350		18.875.334
Compra de títulos e outros ativos	11.274.099		17.564.924	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	5.486.474		1.309.820	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	5.777		590	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(858.701)		(335.970)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		0		0
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0		0



(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data: 31.12.17

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31.12.17		31.12.16	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:			230	359
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	230		359	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		26.648		24.564
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	19.531		17.110	
Comissão de depósito	2.171		1.904	
Taxa de supervisão	1.800		2.400	
Impostos e taxas	374		1.170	
Reembolso de empréstimos				
Outros pagamentos correntes	2.773		1.980	
Fluxo das operações de gestão corrente		(26.418)		(24.204)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:			102	0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	102			
PAGAMENTOS:			0	0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		102		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		127.651		(1.144.071)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		145.801		1.289.872
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		273.452		145.801



V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL – IMGA ALTERNATIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alternativo - Fundo de Investimento Alternativo Aberto Flexível (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 12 de maio de 2014, tendo iniciado a sua atividade em 9 de junho de 2014.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de 5 euros cada (cinco euros), à data do início do OIC. O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	No Início	Subscrições	Resgates	Dist. Result.	Outros	Resultados do Período	No Fim
Valor base	1.525.071	1.693.077	623.003				2.595.145
Diferença p/ Valor Base	24.049	37.735	13.219				48.565
Resultados distribuídos						61.722	(7.326)
Resultados acumulados	(69.048)					(61.722)	(493)
Resultados do período	61.722					(493)	(493)
SOMA	1.541.795	1.730.812	636.222	-	-	(493)	2.635.891
N.º de Unidades de Participação	305.014	338.615	124.601				519.029
Valor da Unidade de Participação	5,0548	5,1114	5,1061				5,0786

Em 31 de dezembro de 2017 existiam 1558 unidades de participação com pedidos de resgate em curso



O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2017	31-12-17	5,0786	2.635.891	519.029
	30-09-17	5,0966	2.709.361	531.597
	30-06-17	5,0982	2.469.465	484.379
	31-03-17	5,1077	1.657.665	324.541
Ano 2016	31-12-16	5,0548	1.541.795	305.014
	30-09-16	4,9234	1.666.126	338.408
	30-06-16	4,8502	1.752.474	361.618
	31-03-16	4,8281	1.966.236	407.245
Ano 2015	31-12-15	4,8511	2.354.863	485.433
	30-09-15	4,8705	2.218.982	455.598
	30-06-15	4,9877	2.765.765	554.512
	31-03-15	5,0370	3.115.730	618.573

Em 31 de dezembro de 2017, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

31 dezembro 2017	
Escalões	N.º Participantes
UPs \geq 25%	-
10% \leq UPs < 25%	-
5% \leq UPs < 10%	3
2% \leq UPs < 5%	4
0,5% \leq UPs < 2%	44
UPs < 0,5%	192

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2017, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	5.282.319	-	5.264.673	-	10.546.993	-
Unidades de Participação de Fundos Não Harmonizados	11.473.498	-	10.633.351	-	22.106.850	-
Total	16.755.818	-	15.898.025	-	32.653.842	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descritivo	(Valores em Euro)	
	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	1.730.812	
Resgates	636.222	

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
-OIC domiciliados Estado membro EU						
Amundi ETF Euro Corporates UCITS ETF C	32.745	-	(194)	32.552	-	32.552
Amundi ETF Govt Bond Euromts Broad Investment Grade 3-5 U	160.039	-	(834)	159.205	-	159.205
ComStage ETF iBoxx Liquid Sovereigns Diversified 3-5 TR UCIT	45.022	-	(240)	44.782	-	44.782
DB X-Trackers II IBX - ETF	2.178	-	(1)	2.177	-	2.177
DB X-Trackers II iBoxx € Sov.Eurozone - ETF	144.950	-	(884)	144.066	-	144.066
Deka iBoxx EUR Liquid SOV DIV 3-5 UCITS ETF	47.088	-	(419)	46.669	-	46.669
EasyETF FTSE EPRA Europe	65.363	216	-	65.579	-	65.579
iShares Euro Corporate Bond - ETF	32.607	-	(254)	32.354	-	32.354
iShares BG Euro Inf Lnk'd BND - ETF	63.725	-	(22)	63.703	-	63.703
iShares StoxxEURSmall200	66.512	1.304	-	67.816	-	67.816
Lyxor MSCI Emerging Markets UCITS ETF	62.448	442	-	62.890	-	62.890
Lyxor STOXX European 600 Banks UCITS ETF	65.298	-	(722)	64.576	-	64.576
Lyxor UCITS ETF STOXX Europe 600 Industrial Goods & Services	54.038	9.515	-	63.553	-	63.553
Lyxor UCITS ETF STOXX Europe 600 Personal & Household Goo	67.394	-	(505)	66.889	-	66.889
SPDR Barclays 3-5 Year Euro Government Bond UCITS ETF	102.876	-	(532)	102.344	-	102.344
SPDR Barclays Euro Corporate Bond UCITS ETF	32.738	-	(174)	32.564	-	32.564
Think iBoxx Corporate Bond UCITS ETF	32.790	-	(404)	32.386	-	32.386
Think iBoxx Government Bond UCITS ETF	260.192	-	(2.782)	257.409	-	257.409
db x-trackers LPX MM Private Equity UCITS ETF	67.418	-	(51)	67.367	-	67.367
iShares EUR Govt Bond 3-5yr UCITS ETF EUR Dist	242.687	-	(1.217)	241.470	-	241.470
iShares EUR Govt Bond 3-5yr UCITS ETF EUR Dist.	242.687	-	(1.274)	241.413	-	241.413
iShares J.P. Morgan USD EM Bond EUR Hedged UCITS ETF Dist	133.191	587	-	133.777	-	133.777
-OIC domiciliados E. não membro UE	2.023.984	12.064	(10.508)	2.025.539	-	2.025.539
ETFS Longer Dated All Commod	281.900	-	(1.268)	280.632	-	280.632
iShares Core S&P 500 UCITS ETF USD	63.477	-	(27)	63.449	-	63.449
	345.377	-	(1.295)	344.082	-	344.082
TOTAL	2.369.361	12.064	(11.803)	2.369.621	-	2.369.621

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Descrição	(valores em Euro)			
	31.12.2016	Aumentos	Reduções	31.12.2017
Depósitos à ordem	145.801	21.965.489	(21.837.837)	273.452
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
TOTAL	145.801	21.965.489	(21.837.837)	273.452

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, o qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, com entrada em vigor após 24 de junho de 2015, tendo revogado Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de maio.



As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade). No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais. Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”,



por contrapartida da rubrica do Balanço "Provisões para encargos". O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	GANHOS DE CAPITAL			Ganhos de Juros		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações							
Obrigações							
Titulos de Participação							
Unidades de Participação	164.002	73.223	237.225			14.546	14.546
Instr. de dívida de c/ prazo							
Outros ativos							
Depósitos				238			238
OPERAÇÕES A PRAZO (1)							
Cambiais							
Forwards							
Swaps							
.....							
Taxa de Juro							
Swaps							
Futuros							
Opções							
Cotações							
Futuros							
Opções							
.....							
OUTRAS OPERAÇÕES							
Operações de Reporte							
Operações de Empréstimo		672	672				
Em operações cambiais							

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(continuação)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações						
Obrigações						
Titulos de Participação						
Unidades de Participação	142.316	51.507	193.823			
Outros ativos						
Depósitos						
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Forwards						
Swaps						
.....						
Taxa de Juro						
Swaps						
Futuros						
Opções						
Cotações						
Futuros						
Opções						
.....						
COMISSÕES						
De Carteira de Títulos				6.448		6.448
De Gestão				20.327		20.327
De Depósito				2.263		2.263
De Supervisão				2.512		2.512
Outras Comissões				1.064		1.064
De Op. Extrapatrimoniais						
.....						
OUTRAS OPERAÇÕES						
Operações de Reporte						
Juros de empr.obtidos		23.641	23.641			
Em operações cambiais						



9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2017 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2017	31.12.2016
Impostos directos:		
Mais Valias em ações	420	-
Mais Valias em títulos de dívida	-	-
Dividendos de ações	-	-
Dividendos de unidades de participação	-	310
Juros Obrigações	-	-
Juros depósitos à ordem	-	-
Juros depósitos a prazo	-	-
Outros de ações	-	-
	420	310
Impostos indirectos:		
Imposto do selo	1 384	844
	1 384	844
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de ações	-	-
Dividendos de unidades participação	164	-
Outros impostos	-	-
	164	-
TOTAL	1 968	1 154

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
UP's	2 369 621	-	-	2 369 621

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	20.327	0,90%
Comissão de Depósito	2.263	0,10%
Taxa de Supervisão	2.512	0,11%
Custos de Auditoria	1.230	0,05%
Encargos outros OIC	0	0,00%
Outros Custos Correntes	7.512	0,33%
TOTAL	33.844	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1,50%

(1) Média relativa ao período de referência



16. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016.

17. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, fosse apurado imposto sobre valias potenciais sobre os títulos em carteira naquela data, o qual apenas será exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

O valor registado nesta rubrica respeita, deste modo, à carga de imposto sobre as valias potenciais apurados nos termos acima descritos incidente sobre os títulos em carteira detidos à data de entrada em vigor do *supra* mencionado Decreto-Lei, apresentando a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
5541 - Acréscimo de gasto	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL IMGA ALTERNATIVO** (Fundo) gerido por IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (Sociedade gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.643.094 euros e um total de capital do fundo de 2.635.890 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 495 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO ABERTO FLEXÍVEL IMGA ALTERNATIVO** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo e da respetiva Sociedade gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Consideramos de maior relevância para a auditoria os riscos associadas às operações de compra e venda e aos procedimentos de valorização dos ativos mobiliários que constituem a carteira do Fundo, tendo averiguado se cumprem os objetivos e regras previstos no Regulamento do Fundo, não tendo identificado situações ou indícios de distorção material devido a erro ou fraude e confirmado estarem cumpridas as regras específicas definidas pela CMVM para os Fundos de Investimento Mobiliário.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade gestora do Fundo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da

continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da Sociedade gestora, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Fundo pela Sociedade gestora desde a sua constituição, em junho de 2014.
- O órgão de gestão da Sociedade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras do Fundo. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA

mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade gestora.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade gestora, durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao Fundo ou à Sociedade gestora quaisquer outros serviços.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela Sociedade gestora, responsável pela gestão dos ativos e passivos do Fundo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 6 de abril de 2018

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.

Noé Gonçalves Gomes (ROC n.º 498)

em representação de

Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. (n.º 28)

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161383)